

Quem são elas e o que querem? Perfil de mulheres privadas de liberdade, alunas da Educação de Jovens e Adultos de uma penitenciária carioca

Who are they and what do they want? Profile of incarcerated women students of Youth and Adult Education of a carioca prison

¿Quiénes son y qué quieren? Perfil de mujeres privadas de libertad estudiantes de Educación Juvenil y Adulta de una prisión carioca

Iamni Torres Jager

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

iamni.jager@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0001-97410126>

Velfe Hollandino de Oliveira Junior

Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro

velfao@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-4179-5474>

Márcio Roberto Antunes Ferreira

Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro

marcioraferreira@hotmail.com

<http://orcid.org/0000-0003-0173-9627>

Andre Luiz Silva de Mello

Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro

andrelsmello@oi.com.br

<http://orcid.org/0000-0001-9413-0137>

RESUMO

O presente artigo expõe uma pesquisa realizada em uma unidade escolar inserida em uma penitenciária feminina da cidade do Rio de Janeiro. Os dados foram colhidos através de observações etnográficas do cotidiano escolar e de um questionário aplicado em 42 alunas da unidade, segundo a metodologia Survey. O objetivo do trabalho foi traçar um perfil das

alunas que frequentam a unidade escolar, coletando informações quanto à idade, à etnia/raça/cor, ao grau de escolaridade; se possuíam ou não filhos; sobre as acusações criminais que as levaram ao encarceramento, vínculos de trabalho anteriores, uso ou não de medicamentos antidepressivos e drogas, crenças; se recebem visitas ou alguma forma de apoio familiar, e suas motivações para frequentar uma unidade escolar. Os resultados obtidos, quando possível, foram cruzados com dados disponibilizados pelo governo federal.

Palavras-chave: Educação prisional. Mulheres presas. Privação de liberdade. Educação de Jovens e Adultos.

ABSTRACT

This article presents research carried out in a school embedded in a female penitentiary in the city of Rio de Janeiro. Data was collected through ethnographic observations of daily school life and a questionnaire, according to the Survey methodology, applied to 42 students from the school. The objective of the study was to draw a profile of the students who attend the school unit, collecting information regarding age, ethnicity, race, color, educational level, whether or not they had children and the criminal charge(s) that led to their incarceration. Additional areas of focus were on previous jobs, use (or not) of antidepressant medications and drugs, religious belief, whether they received visitations or some form of family support and their motivations to attend the school. The obtained results, when possible, were cross-referenced with data provided by the federal government.

Keywords: Prison education. Incarcerated women. Deprivation of freedom. Youth and Adult Education.

RESUMEN

El presente estudio muestra una investigación realizada en un establecimiento educacional para jóvenes y adultas en contexto de encierro que se encuentra inserto dentro de una penitenciaría femenina de la ciudad de Río de Janeiro, Brasil. Los datos fueron recolectados a través de observaciones etnográficas del cotidiano escolar y de un cuestionario, de acuerdo con la metodología Survey, respondido por 42 estudiantes de la escuela. El objetivo del trabajo fue trazar un perfil de las estudiantes que frecuentan la unidad escolar, recolectando información relacionada a la edad, etnia/raza/color, grado de escolaridad, si tenían hijos o no, el cargo penal que condujo su encarcelamiento, vínculo laboral anterior, uso o no uso de medicamentos antidepresivos y drogas, creencia religiosa, si reciben visita o algún tipo de apoyo familiar y sus motivaciones para asistir a la escuela. Los resultados obtenidos, cuando fue posible obtenerlos, se cruzaron con los datos proporcionados por el gobierno federal.

Palabras clave: Educación penitenciaria. Mujeres detenidas, presas o privadas de libertad. Privação de libertad. Educação de jovens e adultos.

Introdução

Dados recentes mostram que o Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo (BRASIL, 2018). E, dentre este enorme contingente de homens e mulheres privados de liberdade, queremos destacar as mulheres. Elas, apesar de corresponderem a uma parcela menor da população carcerária, foram as principais responsáveis pelo aumento no número total de presos no País, nos últimos anos. Segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias publicado em 2018 (INFOPEN MULHERES, 2016), o número de mulheres presas aumentou 656% entre os anos 2000 e 2016 (BRASIL, 2018).

Aos dados citados, devemos acrescentar o fato de que somos um país multicultural e multiétnico, fruto de centenas de anos de genocídio e escravidão das populações indígena e negra, e de imigrações. E que, apesar desta pluralidade humana, o que vemos nos dados oficiais sobre a população feminina encarcerada é um padrão dominante de mulheres negras, jovens, mães e com baixa escolaridade (BRASIL, 2018). Presas majoritariamente pela acusação de envolvimento com o tráfico de drogas, tais mulheres, responsáveis por crianças e jovens, após o seu encarceramento, têm seus direitos ainda mais vulnerabilizados (STELLA; SEQUEIRA, 2015; WACQUANT, 2004).

Certos da urgência da diminuição desses índices de encarceramento feminino como forma de ampliar a justiça social em nosso país, acreditamos que a Escola exerce um papel fundamental neste propósito. Muitas legislações buscam garantir a existência de espaços educacionais nas prisões, realocando locais já existentes ou exigindo que as novas construções possuam espaço destinado a uma unidade escolar. No entanto, a dessincronia entre o Poder Legislativo e o Executivo dificulta, até hoje, a garantia legal de educação para pessoas privadas de liberdade (JULIÃO, 2016).

Defendemos que, além de estruturas físicas, é necessário repensar a forma como a educação deve ser direcionada às mulheres privadas de liberdade. Conhecer suas demandas e lhes dar voz pode possibilitar uma educação mais próxima das suas necessidades, a fim de garantir um conhecimento que as liberte da condição em que se encontram enquanto pessoas privadas de direitos. Esta pesquisa, realizada pelos próprios professores da unidade escolar, é fruto do Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Orientação Educacional, do Instituto de Formação Humana e Tecnologias da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, e a pesquisa realizada se enquadra no artigo

7º da Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre a ética nas pesquisas com seres humanos.

Metodologia

A unidade escolar escolhida para a aplicação da pesquisa está inserida em uma penitenciária carioca, parte integrante de um complexo que abarca outras unidades prisionais, situado em uma área periférica da cidade do Rio de Janeiro (RJ). Fica localizada no interior da unidade prisional, em um espaço que provavelmente teria sido uma galeria para abrigar internas, mas foi adaptado como unidade escolar. A entrada da unidade escolar em questão fica no mesmo corredor que dá acesso às galerias, sendo localizada entre uma galeria e outra. Ela funciona em dois turnos (manhã e tarde) e dispõe de cinco salas de aula, com capacidade para aproximadamente 20 alunas cada, totalizando até 100 delas por turno. Também dispõe de uma biblioteca equipada com algumas centenas de livros, de variados estilos literários – alguns em outros idiomas, como italiano, inglês e espanhol –, de uso exclusivo de alunas e professoras(es) da unidade escolar. A iluminação do local é baseada em luz artificial, já que não há nenhuma janela voltada para algum pátio ou espaço externo à penitenciária. Apesar disto, a unidade escolar tem boa infraestrutura e é bem conservada, com paredes pintadas e aparelhos de ar-condicionado em todas as salas. De forma geral, tal espaço é muito parecido com o das unidades escolares encontradas fora do sistema penitenciário.

A pesquisa esteve centrada em criar um perfil das alunas que frequentam a unidade escolar. Para isso, utilizamos duas metodologias de coleta de dados: a etnografia e o método Survey. Vale frisar que todas as escolhas realizadas ao longo deste artigo trataram-se de escolhas políticas, o que tornou possível, neste caso, através do olhar dos pesquisadores e dos dados colhidos junto às alunas entrevistadas, que se desse voz a um grupo socialmente excluído.

A etnografia se mostrou como uma escolha metodológica natural, essencial para compreendermos o ambiente escolar em que nos encontrávamos e cumprirmos com os objetivos da pesquisa, que, apesar de ter sido feita durante um período específico de tempo, contou com uma imersão anterior dos pesquisadores na rotina escolar e na dinâmica das alunas em sala de aula. Todos os quatro pesquisadores são professores da

unidade escolar em questão há pelo menos cinco anos, e muitas das questões trazidas estão pautadas nessa experiência de imersão no ambiente escolar pesquisado e no público atendido no local.

A Antropologia começou a utilizar-se da etnografia no final do século XIX, sendo esta última mais amplamente aplicada durante o século XX, fruto de relatos de expedições europeias a comunidades distantes ou geograficamente isoladas da Europa (MATTOS; CASTRO, 2011). Estabeleceu-se através de uma estratégia conhecida como observação participante. Neste tipo de observação, o etnógrafo toma parte nas atividades cotidianas do grupo analisado, em uma imersão na cultura local por um período prolongado de tempo, a fim de descrever, através do seu olhar, os eventos observados, buscando não exercer comparações com padrões pré-estabelecidos.

O olhar do pesquisador deve estar direcionado a compreender os significados das manifestações culturais observadas, a fim de traduzir o sentido destas, através de uma “descrição densa”. Obviamente, como diz Geertz (2008), este significado não é dado, não é a tradução imediata da ação produzida pelo grupo ou indivíduo observado, mas sim, é uma interpretação do pesquisador sobre os fatos: “[...] os textos antropológicos são eles mesmos interpretações (...). Tratam-se, portanto, de ficções; ficções no sentido de que são ‘algo construído’, ‘algo modelado’” (p. 11).

Segundo Mattos (2011), a etnografia trouxe contribuições para a investigação científica no campo das pesquisas qualitativas, principalmente no âmbito educacional, pois permitiu uma análise holística (ou dialética) da cultura, evidenciando as desigualdades sociais, processos de exclusão e situações sociointeracionais relacionadas ao processo educativo. Segundo Oliveira (2013), porém, as pesquisas etnográficas no ambiente escolar exigem um processo constante de estranhamento, por parte do pesquisador, já que estes também passaram pelo processo de escolarização. Diante disto, defendemos que, por mais que o ambiente escolar não nos seja estrangeiro, pelo fato de sermos escolarizados, ele não nos é totalmente familiar. A Escola de nossa época de alunato não é a mesma de hoje, e diferentes atores sociais e contingências históricas constroem diferentes culturas. E, ao assumirmos os papéis de professores e pesquisadores, perdemos a familiaridade com códigos e práticas próprias do grupo de alunos. Sendo assim, o estrangeirismo ao público e ao local pesquisado é ainda mais amplo, pois estamos tratando de mulheres que, apesar de alunas, encontram-se em situação de privação de liberdade.

A escolha da metodologia Survey deveu-se principalmente a características próprias do público e ao ambiente de pesquisa. O objetivo de criar um perfil das alunas privadas de liberdade dessa unidade escolar carioca exigiu que encontrássemos alternativas metodológicas na coleta das entrevistas, visto que há uma grande rotatividade de mulheres no que tange à permanência das matrículas na unidade escolar. Isto se dá por motivos diversos, muitos próprios, inclusive, do público pesquisado e da localização da unidade escolar, que está sujeita a normas e rotinas da unidade prisional em que se encontra.

Entre os motivos para a alta rotatividade do público atendido pela unidade escolar, podemos citar, primeiramente, a frequência, que está diretamente ligada ao estado de saúde física e emocional das alunas. Pesquisas (AUDI *et al.*, 2016; RIBEIRO; DEUS, 2017) mostram que o atendimento de saúde a mulheres em regime de privação de liberdade tem se mostrado insuficiente, e muitas dessas mulheres, ainda que matriculadas em alguma unidade escolar, não conseguem frequentá-la por estarem enfermas. Muitas ficam ausentes por semanas, só retornando quando o atendimento médico necessário ao restabelecimento de sua saúde é realizado, ou, muitas vezes, quando ficam naturalmente melhores de determinadas enfermidades, sem terem tido acesso, de fato, a atendimento médico especializado. Os distúrbios emocionais também são frequentes (CANAZARO; ARGIMON, 2010; QUITETE *et al.*, 2012) e isto é perceptível na unidade escolar, com alunas que apresentam comportamento alterado, muitas vezes mais agitadas que o comum ou com sinais de depressão e uso de drogas. Muitas fazem uso de medicamentos psiquiátricos, nem sempre com receita médica.

Outra questão relevante é o horário em que distintas atividades ocorrem na unidade prisional. No caso da unidade escolar pesquisada, elas aconteciam durante o horário das aulas, incluindo as visitas dos familiares, visitas íntimas, idas ao fórum, consultas com médicos ou psicólogos, atividades laborais e religiosas, além dos cursos profissionalizantes. Logo, a aluna que estivesse matriculada na unidade escolar eventualmente precisaria se ausentar para usufruir de qualquer outra das atividades citadas. De Maeyer (2013) coloca que a cultura escolar, bem como a vivência e experiência de fracasso nesta, fazem com que outras atividades oferecidas na unidade prisional sejam mais atraentes para esse público, em um primeiro momento.

Há também a questão das transferências de internas entre as penitenciárias, que ocorrem de acordo com ordens vindas da administração prisional, por conta de mudanças nos regimes penais dessas mulheres (do fechado para o semiaberto, ou o contrário) ou por conta de desvios de conduta e comportamento, segundo avaliação da própria unidade prisional. É possível que a aluna tenha cometido alguma infração durante sua estadia na unidade prisional, vindo a ser colocada em regime de isolamento durante período determinado pela gestão da unidade, ficando impedida de ir à unidade escolar. Ou, por decisão judicial, como alvará de soltura, a mulher pode vir a ganhar a liberdade, o que faz com que seja impedida de continuar a frequentar aquela unidade escolar.

Por todas as questões colocadas, optamos por utilizar a metodologia Survey, que se caracteriza por obter, através de um questionário e/ou uma entrevista, informações a respeito de uma determinada população. Para tanto, selecionamos uma parte do público-alvo para a extração dos dados, como forma de conseguirmos uma amostra que representasse a população total (RICHARDSON, 1999). Segundo Babbie (1999), esta amostra precisa representar a população à qual se refere da forma mais fidedigna possível, pois apenas deste modo será viável inferir que os dados extraídos sejam a representação da população como um todo. Ainda de acordo com Babbie (1999), também é preciso levar em conta a homogeneidade e a heterogeneidade da população pesquisada, além dos vieses consciente e inconsciente de seleção da amostra. Tais fatores serão decisivos para garantir que a amostra pesquisada represente de forma válida a população total do recorte da pesquisa.

No que tange à questão da heterogeneidade/homogeneidade da população investigada, nos pautamos no último Infopen Mulheres 2016, apresentado em 2018, pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, com dados referentes ao ano de 2016. Esse relatório demonstra um grau de homogeneidade na população feminina privada de liberdade, incluindo questões que constam em nossa entrevista, tais como: idade, raça/cor e motivo da prisão, entre outras. Isso, inclusive, será utilizado como forma de relacionar os resultados encontrados em nossa pesquisa amostral com os resultados disponibilizados pelos órgãos oficiais brasileiros sobre a população carcerária feminina.

Para que fosse garantida a escolha de uma amostra que representasse adequadamente o grupo como um todo, de forma a reduzir ao máximo a interferência do pesquisador nesta escolha (BABBIE, 1999), aplicamos as entrevistas durante cinco dias

consecutivos, em todas as alunas que frequentaram a unidade escolar no turno da manhã. Buscamos, assim, reduzir o viés inconsciente de seleção da amostra e garantir parâmetros de seleção amostral conscientes.

Ao todo, foram colhidas 42 entrevistas, com a mediação dos quatro pesquisadores autores deste trabalho. As perguntas feitas e o formato podem ser vistas abaixo.

- Idade?
- Etnia/Raça/Cor? Branca Amarela Parda Preta Outra
- Está presa sob qual acusação?
- Possui filhos? Sim Não
- Qual sua religião?
- Você recebe visitas na prisão?
- Você recebe algum apoio familiar na prisão? Qual?
- Você toma ou já tomou algum tipo de calmante ou antidepressivo aqui na prisão?
- Você tem ou teve envolvimento com drogas?
- Qual o seu grau de escolaridade? Ensino Fundamental Ensino Médio
 Nunca estudou
- Estudou no ensino público ou privado?
- Quando foi presa, você trabalhava?
- Seu trabalho era com ou sem carteira assinada?
- Qual a sua motivação para frequentar a unidade escolar?

Resultados e Discussão

As alunas apresentam idade média de 26,7 anos, tendo a mulher mais jovem 19 anos e a mais velha, 65 anos. Os percentuais por faixa etária encontrados nesta pesquisa correspondem aos percentuais divulgados pelo último relatório Infopen Mulheres (BRASIL, 2018), que mostra um perfil majoritariamente jovem da população feminina encarcerada (Gráficos 1A e 1B).

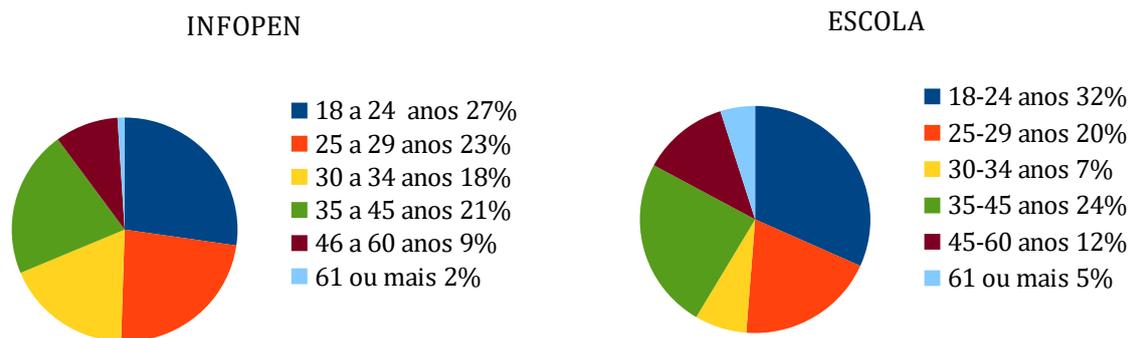


Gráfico 1A- Percentual de mulheres por faixa etária, segundo o Infopen Mulheres 2016.

Fonte: <http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopenmulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf>

Gráfico 1B- Percentual de mulheres por faixa etária na unidade escolar pesquisada.

Fonte: Dados da pesquisa.

No momento da elaboração do nosso questionário, preferimos separar entre parda, preta, amarela ou indígena a opção que diz respeito à etnia/cor/raça. A separação em parda ou preta, especificamente, deveu-se a uma observação nossa enquanto educadores imersos há alguns anos no ambiente escolar pesquisado. Percebemos que muitas alunas não se reconheciam como negras e que, quando identificadas por nós desta forma, constantemente se classificavam como “morenas”. Assim, decidimos que a (auto)declaração seria feita de acordo com a forma como as alunas se identificavam quanto às colorações das suas peles. Esta separação entre pardos e pretos coincide, inclusive, com o formato praticado no censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2011).

Porém, os dados disponibilizados pelo Infopen Mulheres 2016 aglutinam, na categoria negras, a informação dos dados originalmente colhidos por esse órgão como pardas e pretas. Por isso, a fim de conseguirmos comparar nossos dados com os dados fornecidos pelos órgãos oficiais, optamos por reunir a categoria preta e parda em apenas uma, denominada negra. Este formato pode ser observado no gráfico 2B.

Assim como ocorre nos dados disponibilizados pelo Infopen Mulheres 2016, vemos uma predominância de mulheres negras em regime de privação de liberdade, chegando a atingir o patamar de 62% (Gráfico 2A e 2B). Esta é uma questão que merece atenção especial da unidade escolar, inclusive para que se faça valer a Lei nº 10.639/03, que garante o ensino das culturas e das histórias afro-brasileira e africana nos espaços escolares (BRASIL, 2003).

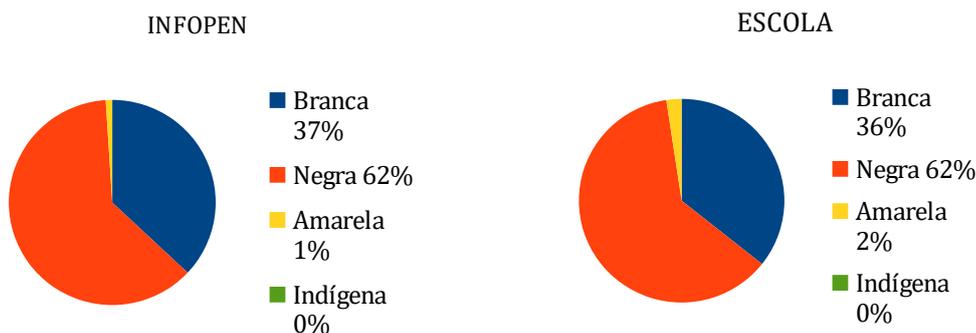


Gráfico 2A- Percentual de Etnia/Raça/Cor, segundo o Infopen Mulheres 2016.

Fonte: <http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf>

Gráfico 2B- Percentual de Etnia/Raça/Cor das alunas da unidade escolar pesquisada.

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à natureza da prisão, mais uma vez os dados estão de acordo com os trazidos pelo Infopen Mulheres 2016, e colocam os crimes relacionados ao tráfico de drogas como principais motivos do encarceramento feminino, seguidos por roubos e furtos (Gráfico 3). Os dados mostram que o número de mulheres presas por envolvimento com o tráfico de drogas cresceu 656% nos últimos 16 anos (BRASIL, 2018), e ele estaria relacionado, entre outros fatores, com a aprovação recente de legislações mais duras para este tipo de crime (BOIETTEUX, 2006). Algumas pesquisas afirmam que a participação das mulheres no tráfico e no varejo de drogas está estreitamente relacionada com a condição da mulher em nossa sociedade. Muitas mulheres encarceradas relatam que o envolvimento com o tráfico de drogas ocorreu por incentivo dos companheiros do sexo

masculino; outras se veem sozinhas no sustento da família e dos filhos e optam pelo tráfico de drogas como forma de conciliar uma fonte de renda ao trabalho doméstico e maternal (CERNEKA, 2009; FLORES; SMEHO, 2018). Há também pesquisas que associam a entrada da mulher no tráfico de drogas como forma de romper com a visão patriarcal que sobrepuja o comportamento feminino (BARCINSKI; CÚNICO, 2016), em busca de autonomia financeira e comportamental.



Gráfico 3- Percentual de crimes atribuídos às alunas da unidade escolar pesquisada.

Fonte: Dados da pesquisa.

Das alunas que frequentam a unidade escolar, 69% possuem filhos e este número salta para 74% nos dados disponibilizados pelo Infopen Mulheres (BRASIL, 2018). São números preocupantes do ponto de vista dos direitos da criança e do adolescente, já que em muitas famílias a mulher é a principal responsável, quando não a única, pelo cuidado e sustento financeiro dos filhos (WOLFF; MORAES, 2010). Isto significa que, ao prender uma mulher que é mãe, o Estado está a retirar a garantia de direitos fundamentais da criança ou adolescente amparado por esta mulher. É uma prisão que afeta não somente a mulher que foi encarcerada, mas todo o seu círculo familiar.

Quanto à religião das alunas da unidade escolar, temos uma predominância de mulheres declaradas protestantes, seguidas por católicas (Gráfico 4). Este é um valor representativo, já que o número de protestantes no País tem aumentado nas últimas décadas, segundo dados do IBGE (2011). Nessa unidade prisional, inclusive, há uma galeria que comporta cerca de 50 mulheres, e é reservada apenas para internas que se autodeclararam “evangélicas”. Segundo o relato das alunas, para que uma interna tenha o direito de permanecer na galeria “evangélica” é necessário, além da identificação com a crença, o exercício de comportamentos estipulados por aquele grupo, como orar nos horários determinados e participar dos cultos que ocorrem na unidade prisional. Além

disto, alguns comportamentos não são aceitos, como, por exemplo, ter relações sexuais com outras mulheres ou participar de atividades – ainda que fora da galeria, e até mesmo no espaço escolar – que remetam a religiões de matriz africana ou que façam alusão a santos típicos da Igreja Católica.

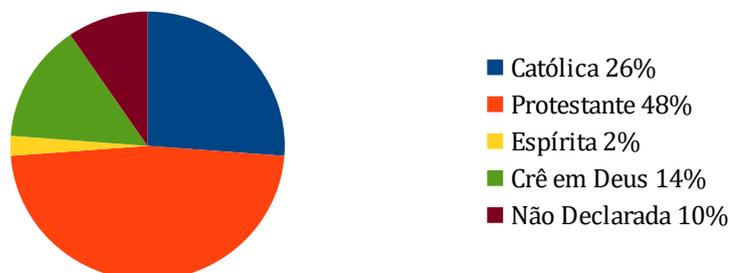


Gráfico 4- Percentual de identificação religiosa declarada por alunas da unidade escolar pesquisada.

Fonte: Dados da pesquisa.

Apenas 33% das alunas entrevistadas relataram receber visitas de amigos ou familiares na prisão. E 50% relataram receber algum tipo de apoio familiar não presencial, como carta, dinheiro ou encomenda registrada (chamada por elas de “sedex”). Para nós, professores, essa realidade de abandono é visível e diferente da realidade masculina. Nas unidades escolares inseridas dentro de unidades prisionais masculinas, é comum que, nos dias de visita, haja um número reduzido de alunos em sala de aula. Porém, na penitenciária feminina, a presença escolar no dia dedicado à visita é relativamente normal, quando comparada à dos dias sem visita. A baixa presença de visitantes a mulheres encarceradas já foi citada por diversos pesquisadores da realidade prisional feminina (BARCINSKY, 2016; DIUANA; CORRÊA; VENTURA, 2017; FLORES; SMEHA, 2018).

Nesse período, de pelo menos cinco anos em que estivemos inseridos na unidade escolar pesquisada, observamos que algumas atividades não relacionadas ao dia da visita acabavam por diminuir a presença das alunas em sala de aula. Entre elas, destacamos o dia combinado para que o aparelho de barbear entrasse nas galerias e os dias de transferência de internas entre as unidades prisionais. No primeiro caso, ocorre que o aparelho de barbear é um objeto proibido dentro das galerias e, caso alguma interna seja flagrada com este objeto, ela poderá sofrer sérias sanções da unidade prisional. Para possibilitar o ato

da depilação feminina, uma demanda cultural praticada por muitas mulheres, a unidade prisional permite que um aparelho de barbear seja levado às mulheres em um dia específico, por um período de tempo controlado. Nos dias em que ocorre a entrada do aparelho de barbear na galeria, muitas alunas faltam à aula e, as que resolvem ir, geralmente dividem com os professores o sacrifício pessoal que envolve a sua ida à unidade escolar e a ânsia de que as aulas terminem logo para que possam retornar às celas e conseguirem se depilar.

A transferência de internas entre as penitenciárias é um evento que ocorre com frequência determinada – normalmente, a cada 15 dias –, sempre em um mesmo dia útil da semana. Apesar de ser um acontecimento pré-determinado, as internas não têm a informação prévia de que serão transferidas e essa insegurança quanto ao futuro costuma gerar uma ansiedade coletiva. Por conta da convivência forçada e dos relacionamentos que tecem no cotidiano de encarceramento, essas mulheres temem a ida de suas companheiras para outra unidade prisional. O abandono familiar é uma realidade ali e, para sobreviverem e existirem enquanto pessoas, elas criam novos laços, elegendo mães, irmãs e tias de cadeia. Em dias de transferência, a unidade escolar tem seu público diminuído e as que comparecem estão sempre atentas aos sons oriundos das galerias para saberem quem, daquela vez, será levada para outra unidade prisional.

Das alunas participantes da pesquisa, 48% relataram ter tomado algum medicamento calmante ou antidepressivo durante o regime de privação de liberdade, e 52% relataram ter consumido drogas lícitas ou ilícitas. Quanto às medicações, enquanto professores, vemos com certa frequência alunas que apresentam comportamento diferenciado do comum, e muitas confirmam, inclusive, tal ingestão. Segundo relatos de algumas alunas, esses medicamentos são fornecidos pela unidade prisional ou chegam através de familiares, quando há uma receita médica que os solicite. O cigarro é de uso permitido na unidade prisional e é possível comprá-lo na cantina da própria unidade. Já o álcool e as drogas ilícitas, naturalmente, têm seu consumo e venda proibidos.

Devido ao fato de a maior parte da população carcerária feminina estar presa por envolvimento com o tráfico de drogas (BRASIL, 2018), é comum que as alunas tragam para o ambiente escolar suas experiências e vivências com essas substâncias ilícitas. Uma relatam terem saudade da liberdade e da possibilidade de poderem utilizá-las; outras tratam as drogas como um pesadelo que teria destruído suas vidas e as colocado na

situação de encarceramento. Muitas são as falas e histórias trazidas, mas, para nós, professores e pesquisadores, são marcantes a liberdade e a naturalidade com que elas costumam tratar desse tema, e isto nos mostra que, gostando ou não das drogas, tais substâncias faziam parte do cotidiano extramuros das alunas.

Quanto à escolaridade das 42 alunas entrevistadas, temos que 50% não concluíram o Ensino Fundamental e 50% não concluíram o Ensino Médio. A estes dados devemos incluir a informação de que, à época da pesquisa, a unidade escolar contava, no turno da manhã, escolhido para a aplicação da metodologia Survey, apenas com duas turmas de Ensino Fundamental e quatro turmas de Ensino Médio. Apesar de as turmas de Ensino Médio serem mais numerosas, as turmas de Ensino Fundamental costumam ter um número maior de matriculadas – em média, 15 alunas em cada turma do Ensino Fundamental e 10 alunas em cada turma de Ensino Médio.

Ao compararmos nossos dados com os dados fornecidos pelo Infopen Mulheres 2016 (Gráfico 5), devemos também levar em consideração que o nosso universo de entrevistadas só está resumido a mulheres que necessitam cursar o nível fundamental, aqui incluídas analfabetas, alfabetizadas e com o Ensino Fundamental incompleto; e, a mulheres que necessitam cursar o Ensino Médio, aqui incluídas as de Ensino Fundamental completo e as de Ensino Médio incompleto. Todos os outros dados fornecidos pelo Infopen Mulheres 2016, como mulheres com Ensino Médio completo, Superior incompleto, Superior completo ou acima do Superior, estão fora do nosso universo de pesquisa.

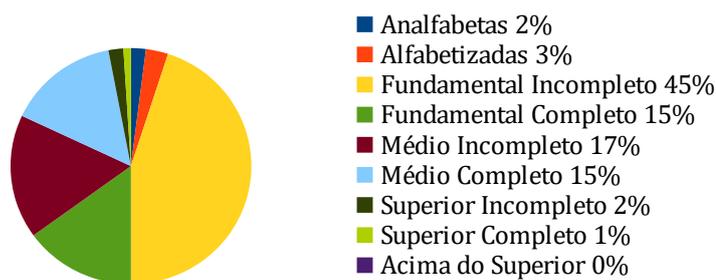


Gráfico 5- Escolaridade de mulheres em privação de liberdade, segundo o Infopen Mulheres 2016.

Fonte: <http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf>

Outro dado relevante é a rede de ensino – pública ou privada – responsável pela educação da mulher que procura uma unidade escolar no espaço prisional. A grande maioria (79%) das alunas, adveio do sistema público de educação, contra apenas 10% que estudaram exclusivamente no sistema educacional privado. Este dado é muito importante para que possamos analisar o perfil das mulheres privadas de liberdade, disponibilizado pelos órgãos oficiais, conjuntamente com o perfil trazido nesta pesquisa, e refletir sobre políticas públicas educacionais em vigor. Em algum momento da trajetória escolar dessas mulheres, ocorreu a evasão escolar. Quais foram os motivos? A Escola pode ou não dar conta deles? Como fazer isso? Essas questões não foram aqui respondidas, mas, em alguns trabalhos de pesquisa em ambientes escolares prisionais femininos, vêm sendo colocadas (ALMEIDA, 2016; NONATO, 2011; RODRIGUES, 2019).

Entre as questões supracitadas, constam o desinteresse pelo conteúdo escolar, a gravidez na adolescência, o envolvimento com drogas, a falta de estrutura familiar e de apoio ao estudo, a proibição de frequentar a unidade escolar infligida pelos parceiros, os problemas psiquiátricos não diagnosticados ou não acompanhados na infância e na adolescência, e a falta de autoestima e perseverança na conclusão das etapas escolares, reforçada pela ausência de exemplos familiares que tenham concluído a Educação Básica (ALMEIDA, 2016; JAGER, 2018; SOUZA *et al.*, 2018). Outras questões próprias da educação pública da cidade do Rio de Janeiro também merecem atenção, como unidades escolares com estruturas precárias, falta de professores, falta de vagas próximas à residência das alunas e de apoio a jovens mães, além da violência urbana, inclusive a praticada pelo próprio Estado em áreas mais pobres da cidade.

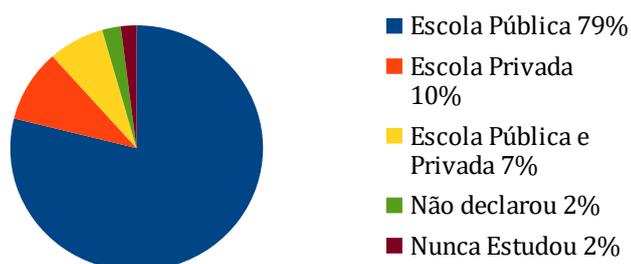


Gráfico 6- Percentual de ensino cursado em redes públicas e/ou privadas, quanto às alunas da unidade escolar pesquisada.

Fonte: Dados da pesquisa.

Apenas 10% das alunas entrevistadas relataram não possuírem um trabalho antes de serem encarceradas. Porém, apesar disto, em sua maioria, elas atuavam com vínculos informais (Gráfico 7). Isto reforça o caráter selecionador, por classe social, da política de encarceramento no Brasil, de sujeitos em situação de vulnerabilidade econômica. As políticas públicas de educação, principalmente para jovens e adultos em situação de privação de liberdade, e também após a saída destes do sistema penitenciário, devem estar alinhadas e prontas para lidar com essa realidade. Como a Escola pode contribuir na emancipação de mulheres privadas de liberdade? O que é preciso, inclusive em termos de direcionamento de orçamentos públicos, para a efetivação de uma política de qualificação educacional e profissional de mulheres internas e egressas do sistema prisional? Ou – por que não? – como políticas públicas de educação e qualificação profissional de jovens podem contribuir para a diminuição da população carcerária em nosso país?

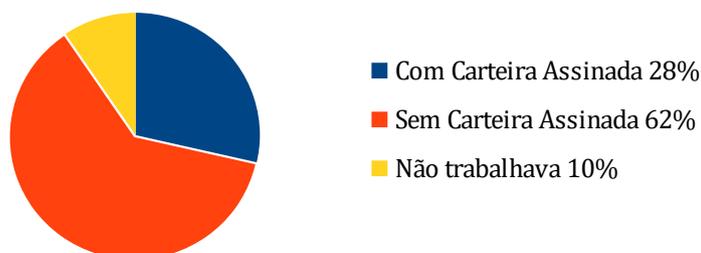


Gráfico 7- Percentual de vínculo de trabalho das alunas da unidade escolar pesquisada, anterior ao encarceramento.

Fonte: Dados da pesquisa.

Na última pergunta que fizemos às alunas, queríamos saber quais eram as suas motivações para frequentar a unidade escolar. Obtivemos três respostas, verbalizadas de forma contínua por mais da metade das alunas questionadas: a possibilidade de remição da pena; o desejo de terminar e/ou continuar os estudos; e a chance de se distrair um pouco, diante da rotina na unidade prisional. A remição da pena é garantida pela Lei nº 12.433/11, que diz que, a cada três dias de aula, o aluno ou aluna pode diminuir um dia de sua pena. Esta legislação tem sido colocada como uma forma importante de incentivo à educação de pessoas em privação de liberdade (JULIÃO, 2016).

Porém, com uma realidade de cerca de 40% de presas provisórias no País (BRASIL, 2018), esse direito fica garantido apenas aos 60% de mulheres já sentenciadas. Apesar deste quadro, na unidade escolar pesquisada, há procura por vagas tanto de mulheres sentenciadas como não sentenciadas. É importante frisar que a unidade escolar possui poucas vagas em relação ao efetivo da unidade prisional, e muitas alunas relatam que, mesmo não tendo sido sentenciadas, é importante reservar a vaga e estar estudando quando esse momento chegar. Outras relatam que o fato de estarem estudando pode render-lhes um bom comportamento perante o juiz, bem como a possibilidade de progressão para o regime semiaberto ou até a liberdade. De fato, na realidade escolar observada, o momento de preenchimento da remição, que é feito diariamente na unidade escolar, é sempre aguardado e cobrado pelas alunas.

O segundo motivo citado para a frequência escolar foi o desejo de terminar e/ou continuar os estudos. Tal citação já era esperada por nós, visto que as alunas sempre colocavam isso durante as conversas informais em sala de aula. Muitas relataram, inclusive, que a prisão seria uma forma de, enfim, conseguirem “se formar” e “levar para casa um diploma”. A possibilidade de conclusão dos estudos também é colocada por elas como uma forma de conseguirem “mudar de vida”, e mostra a forma como condicionam o diploma escolar à possibilidade de emprego e renda melhores do que os de sua realidade anterior. Outra questão associada à vontade de terminar os estudos se relaciona com a maternidade. A maioria dessas mulheres é mãe e acredita ser importante a conclusão dos estudos para poderem “dar exemplo” aos seus filhos e filhas, e também auxiliá-los nos seus próprios percursos escolares (JAGER, 2018; FLORES; SMEHA, 2018; LIMA *et al.*, 2013).

A última motivação trazida pelas alunas durante a aplicação da metodologia Survey foi a possibilidade de “distração” que a unidade escolar lhes oferece, o que coloca a importância do caráter de socialização que o local apresenta dentro do ambiente prisional (ALMEIDA, 2016). Essa classificação foi unida por nós em apenas uma categoria, baseada em respostas que continham: a possibilidade de encontrar amigas de outras celas, conversar com os professores sobre assuntos diferentes e sair da rotina das celas. A unidade escolar pesquisada recebe alunas de todas as galerias da penitenciária, e o critério para a alocação em uma determinada turma é apenas referente à série que a aluna deve cursar, segundo seu histórico escolar ou a prova de diagnose.

No trabalho etnográfico de Jager (2018), uma das alunas pesquisadas coloca que a unidade escolar seria um espaço onde ela se sentia “livre”, apesar da situação de encarceramento. Esta fala é representativa, principalmente porque, ao observarmos a dinâmica escolar, percebemos diversos mecanismos de controle, tanto os relativos à cultura escolar como os colocados pela inserção dessa unidade, localizada dentro de um ambiente prisional. A chegada das alunas, por exemplo, é feita aos poucos; as inspetoras de segurança vão a cada uma das celas e convocam as alunas para se dirigirem à unidade escolar. Elas devem sair com vestimentas consideradas adequadas (bermuda, camisa branca e chinelo); é proibido usar meias ou tênis e outros adereços. Até a coloração das roupas íntimas – sutiãs, por exemplo – deve ser discreta, caso contrário, a aluna é impedida de ir para a unidade escolar. No caminho da cela até o corredor, elas devem permanecer de cabeça baixa e mãos para trás. Ao adentrarem a unidade escolar, devem seguir imediatamente para suas salas de aula, que já contam com a presença dos professores. Estas salas de aula ainda contam com um recorte na parede, onde foi colocada uma placa de acrílico transparente, que permite a visualização da sala de aula por alguém que esteja fora dela.

É comum que as alunas tentem burlar as regras e dinâmicas de controle aqui relatadas: pedem para ir ao banheiro e tentam aproveitar o momento para falar com alguma colega no corredor, escrevem bilhetes e até utilizam uma linguagem de sinais com as mãos para conseguirem se comunicar com as alunas de outras salas, através das placas de acrílico inseridas nas paredes. Tal linguagem é parecida com a praticada no uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras), e utiliza a mesma dinâmica, mas com posições de dedos e significados diferenciados. Segundo relato das próprias alunas, essa técnica foi aprendida por elas dentro da própria unidade prisional, como forma de comunicação entre uma cela e outra sem a necessidade de emissão sonora.

Para Foucault (2000), tanto a Escola quanto a prisão são ambientes de controle de corpos e têm por objetivo discipliná-los, domá-los, segundo os ideais comportamentais do grupo dominador. Ambos servem a este propósito e são concebidos nesta lógica, desde sua estrutura arquitetônica, às práticas cotidianas e dinâmicas de funcionamento. Diante disto, concluímos que, apesar de as alunas estarem em dois ambientes naturalmente opressores, elas relatam o ambiente escolar como uma possibilidade de liberdade, já que, apesar de

ambos servirem à mesma dominação de corpos, a opressão sofrida no espaço das celas é ainda maior.

É no espaço escolar que, apesar de todo o controle exercido, existe a possibilidade de experimentar alguma forma de individualidade. A estrutura física da unidade escolar, com paredes coloridas e murais com exposições de trabalhos, além de mesas e cadeiras novas, é parte importante disto, pois destoa do padrão encontrado na penitenciária e dá a impressão de estarem em outro ambiente, fora da prisão. A possibilidade de escolher estudar também é uma questão. Essas mulheres não são obrigadas a frequentarem a unidade escolar, a se matricularem, mas o fazem por escolha própria, em um local onde as escolhas sobre si são raras, e isto ecoa como sinal de liberdade.

Considerações Finais

Este trabalho buscou contribuir para a discussão da importância da unidade escolar no contexto de privação de liberdade de mulheres e da necessidade de entender quem elas são e o que esperam da Escola, para, assim, refletir sobre as práticas escolares e construir políticas públicas educacionais que as contemplem. Devemos ter em mente que a maioria dessas alunas passou pelo sistema educacional anteriormente e, por motivos diversos, não conseguiu concluir a Educação Básica. Quisemos aqui expor, sem a pretensão de esgotar o tema, algumas características desse público que possam servir de caminho para investigar como podemos mudar o quadro de constante crescimento da população carcerária brasileira, através da educação pública. Poucas são as oportunidades ofertadas dentro do sistema prisional e, apesar de insuficientes, as unidades escolares existentes nas penitenciárias da cidade do Rio de Janeiro ocupam uma parcela importante delas.

Referências

ALMEIDA, Sandra Maciel. **Educação de Mulheres e Jovens Privadas de Liberdade: vulnerabilidade socioeducacional e contingências da privação**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

AUDI, Celene Aparecida Ferrari *et al.* Inquérito sobre condições de saúde de mulheres encarceradas. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 109, p. 112-124, 2016.

QUEM SÃO ELAS E O QUE QUEREM? PERFIL DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE...
JAGER, IAMNI T.; OLIVEIRA, VELFE H.; FERREIRA, MÁRCIO R. A.; MELLO, ANDRÉ L. S.

BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm> Acesso em: 10/03/2021.

BRASIL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: Infopen Mulheres – 2016**. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Disponível em: <http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf>. Acesso em: 10/03/2021.

BARCINSKI, Mariana; CÚNICO, Sabrina Daiana. Mulheres no tráfico de drogas: retratos da vitimização e do protagonismo feminino. **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 59-70, 2016.

BOITEUX, Luciana. A Nova Lei Antidrogas e o aumento da pena do delito de tráfico de entorpecentes. **Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais**, v. 14, n. 167, p. 8-9, 2006. Disponível em: <http://www.neip.info/downloads/luciana/artigo_drogas_Luciana_Boiteux.pdf>. Acesso em: 10/03/2021.

CANAZARO, Daniela; ARGIMON, Irani Iracema de Lima. Características, sintomas depressivos e fatores associados em mulheres encarceradas no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 7, p. 1323-1333, 2010.

CERNEKA, Heidi Ann. Homens que menstruam: considerações acerca do sistema prisional às especificidades da mulher. **Veredas do Direito**, v. 6, n. 11, p. 61-78, 2009.

DE MAEYER, Marc. Educação na prisão não é mera atividade. **Revista Educação & Realidade**, v. 38, n. 1, p. 33-49, 2013.

DIUANA, Vilma Diuana *et al.* Mulheres nas prisões brasileiras: tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as prescrições da maternidade. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 727-747, 2017.

FLORES, Nelia Maria Portugal; SMEHA, Luciane Najar. Mães presas, filhos desamparados: maternidade e relações interpessoais na prisão. **Physis Revista da Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 4, p. 1-20, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v28n4/0103-7331-physis-28-04-e280420.pdf>>. Acesso em: 10/03/2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 23 ed. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

JAGER, Iamni Torres. **Discutindo gênero com mulheres privadas de liberdade:** um olhar da história cultural da ciência para o desenvolvimento da botânica nos séculos XVIII e XIX. Orientadora: Andreia Guerra de Moraes. 130 páginas. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação, Mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2018.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Escola na ou da prisão? **Caderno Cedes**, Campinas, v. 36, n. 98, p. 25-42, jan.-abr., 2016.

LIMA *et al.* Mulheres no cárcere: significados e práticas cotidianas de enfrentamento com ênfase na resiliência. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 446-456, 2013.

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de; CASTRO, Paula Almeida de (Orgs.) **Etnografia e educação: conceitos e usos**. Campina Grande: EDUEPB, p. 49-83, 2011.

NONATO, Eunice Maria Nazarethe. Educação de mulheres em situação de privação de liberdade. In: IRELAND, Timothy (Org.). **EM ABERTO: Educação em Prisões**, v. 24, n. 86, p. 127-140, 2011.

OLIVEIRA, Amurabi. Algumas pistas (e armadilhas) na utilização da Etnografia na educação. **Educação em foco**, ano 16, n. 22, p. 163-183, 2013.

QUITETE, Byanka *et al.* Transtorno de estresse pós-traumático e uso de drogas ilícitas em mulheres encarceradas no Rio de Janeiro. **Revista de Psicologia Clínica**, v. 2, n. 39, p. 43-49, 2012.

RIBEIRO, Maria Auxiliadora Teixeira; DEUS, Niedja Mara Silva Fontes de. Mulheres Encarceradas: a saúde atrás das grades. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, n. 6, v. 4, p. 324-339, 2017.

RICHARDSON, Roberto Jerry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Fabiana Moura Maia. Reflexões sobre concepções pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos em espaço de privação de liberdade: experiência em um presídio feminino. **Imagens da Educação**, v. 9, n. 1, p. 157-169, 2019.

STELLA, Claudia; SEQUEIRA, Vânia Conselheiro. Guarda de filhos de mulheres presas e a ecologia do desenvolvimento humano. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 3, p. 379-394, 2015.

WACQUANT, Loic. A aberração carcerária à moda francesa. **Dados**, v. 47, n. 2, p. 215-232, 2004.

WOLFF, Maria Palma; MORAES, Márcia Elayne Berbich de. Mulheres e tráfico de drogas: uma perspectiva de gênero. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 18, n. 87, p. 375-395, 2010.

QUEM SÃO ELAS E O QUE QUEREM? PERFIL DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE...
JAGER, IAMNI T.; OLIVEIRA, VELFE H.; FERREIRA, MÁRCIO R. A.; MELLO, ANDRÉ L. S.

Revisores de línguas e ABNT/APA:

Simone Basílio- Revisora de Línguas- Português

Catalina Ávila- Revisora de Línguas- Espanhol

Joseph Matthews- Revisor de Línguas- Inglês

Mariana Pires- Revisora de normas ABNT/APA

Submetido em 20/09/2019

Aprovado em 05/02/2020

Licença *Creative Commons* – Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)